



NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: INFLUÊNCIAS SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Francisco Dened Lima Alves¹
Deusemar Cardoso do Nascimento²
Rosana Siqueira Alves³
Elton Amaral de Araújo⁴

RESUMO

O artigo apresentado, de cunho teórico bibliográfico, busca analisar e refletir sobre a como o neoliberalismo influenciou as políticas educacionais no Brasil. Assim como a presença do neoliberalismo nos países em desenvolvimento ou periféricos. Este trabalho acadêmico tem o intuito de mostrar a influências das grandes instituições financeiros em direcionar os rumos das políticas públicas voltadas à educação. Além de conceituar o neoliberalismo como corrente ideológica voltada ao capitalismo de mercado, em que a mesma desmonta o Estado, atuando principalmente em países periféricos. O neoliberalismo aliado as grandes instituições financeiras internacionais como Banco Mundial, ditam a regras econômicas e a política educacional, com o fortalecimento do Ensino Fundamental, e enfraquecimento do Ensino Superior. O Brasil aderiu a tal modelo econômico nas décadas de 1980-1990, e atualmente está mergulhado numa política neoliberal, que estagnou o país, e sobretudo o sistema educacional brasileiro, com o desmonte do projeto de educação dos governos anteriores. Dentre as ações neoliberais está a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como um instrumento para atender os interesses neoliberais, fomentando o discurso da qualidade da educação.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Política Educacional, BNCC.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo firma-se como um modelo econômico que domina os países em desenvolvimento a ponto de subjugar-los, tornando-os dependentes financeiramente. Os órgãos internacionais de financiamento passam a atuar nestes países e ditar as regras do mercado e as políticas públicas que devem ser desenvolvidas pelos governos. O processo de globalização impôs a países periféricos a presença do Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais que atuaram e atuam nas políticas de governo, com foco na educação básica, e enfraquecimento do ensino superior, pois tais instituições buscam o desmonte do Estado por

¹ Graduado pelo Curso de Pedagogia com Habilitação em Biologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, alvesdened@gmail.com;

² Mestre pelo Curso de Letras – PROFLETRAS (Mestrado Profissional em Letras) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas – UFMS/CPLT, deusemar85@gmail.com;

³ Graduada pelo curso de Português e Inglês da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, rosanasiqueiral@gmail.com;

⁴ Especialista pelo Curso Metodologia do Ensino de Língua e Literatura pela Faculdade Ieducare- FIED, eltonamaral691@gmail.com.



meio da baixa qualificação profissional, por isso sugerem investir na educação básica, para que possam ter mão de obra barata para o mercado de trabalho.

O neoliberalismo foi implantado no Brasil no fim da década de 1980 e início da década de 1990, nos governos Collor e FHC. Com o desmonte do Estado a partir da intervenção no sistema educacional, com a descentralização da educação permitida pela Constituição Federal de 1988 (CF-88), em foi instituída a municipalização do Ensino Fundamental, criando-se a cultura da responsabilização. Na década de 90, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/96, definiu os papéis dos entes federados em relação a educação. A descentralização do Ensino Fundamental foi uma manobra política neoliberal no setor educacional, firmada em nosso país com o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), com a premissa do desenvolvimento do Ensino Fundamental, garantindo a qualidade do ensino, porém não garantiu o pleno atendimento da etapa de ensino citada. Com ele foram criados diversos conselhos regulatórios e o Sistema de avaliação da educação básica (Saeb), reforçando o domínio neoliberal nas ações do Estado.

Uma política educacional recente e com base na corrente neoliberal que tem como objetivo a qualidade da educação por meio do alinhamento do currículo nacional da educação básica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento normativo que regula o currículo da educação básica. É tida por como uma política neoliberal, pelo fato de obedecer às regras das instituições internacionais que financiam as políticas de governo de países periféricos.

A partir dos pressupostos já citados há necessidade de refletir como as políticas públicas de educação são construídas e de que forma são influenciadas por instituições financeiras internacionais, assim como a contribuição de agentes multilaterais. Buscando construir o conhecimento sobre as políticas públicas e o neoliberalismo na educação de países periféricos.

O artigo foi dividido em quatro seções: a primeira seção aborda o neoliberalismo e suas origens, a segunda seção fala sobre o Banco Mundial como financiador de programas de governo nos países em desenvolvimento, assim como sua influência nas políticas educacionais. A terceira seção apresenta a influência do neoliberalismo no sistema educacional brasileiro, a quarta seção faz uma abordagem sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma política neoliberal a serviço do mercado do capital.



O NEOLIBERALISMO SUAS ORIGENS

O termo neoliberalismo surgiu entre as décadas de 1930/1940, em meio a um contexto econômico de crise, com a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Libâneo et al. (2012), conceituam o neoliberalismo:

Denominação de uma corrente doutrinária do liberalismo que opõe ao social-liberalismo e/ou novo liberalismo (modelo econômico keynesiano) e retoma algumas das posições do liberalismo clássico e do liberalismo conservador, preconizando a minimização do Estado, a economia com plena liberação das forças de mercado e a liberdade de iniciativa econômica (LIBÂNEO et al, 2012, p.110).

Segundo Libâneo et al (2012), o termo ressurgiu como programa de governo em meados da década de 1970, na Inglaterra (governo Thatcher), e no início da década de 1980, nos Estados Unidos (governo Reagan). O seu ressurgimento ocorreu devido à crise do modelo econômico keynesiano de Estado de bem-estar social ou estados de serviços. Tal modelo tornara-se hegemônico após a Segunda Guerra Mundial, o qual defendia a intervenção do Estado na economia com o intuito de promover a democracia, soberania, pleno emprego, justiça social, igualdade de oportunidades e a construção de uma ética comunitária solidária. “Desde os governos de Thatcher e Reagan, as ideias e as propostas do neoliberalismo de mercado passaram a influenciar a política econômica mundial, uma razão sobretudo de sua adoção e imposição pelos organismos financeiros internacionais, como FMI e o Bird” (LIBÂNEO, 2012, p.110).

A corrente doutrinária citada teve como pensadores: Ludwig von Mises; Friedrich von Hayek e Milton Friedman. Libâneo (2012), ressalta algumas características do neoliberalismo:

A mesma faz uma crítica feroz ao paternalismo estatal e a crescente estatização e regulação social que atuam sobre as liberdades fundamentais do indivíduo por meio de interferências arbitrárias (governo ilimitado), pondo em risco a liberdade política, econômica e social (Hayek). A liberdade econômica é considerada condição para a existência das demais liberdades, como a política, a individual, a religiosa etc. Desse modo, o mercado é tido como princípio fundador, autounificador e autorregulador da sociedade. Defende a economia de mercado dinamizada pela empresa privada, ou melhor, a liberdade total do mercado, e ainda o governo limitado, o Estado mínimo e a sociedade aberta, concorrencial/competitiva. Opõe-se radicalmente às políticas estatais de universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais, como saúde, seguridade social, educação (LIBÂNEO et al, 2012, p.110 -111).



As características apontadas pelo autor demonstram o poderio do neoliberalismo diante de países em desenvolvimento que apresentam um cenário propício aos financiadores de tal modelo econômico que algema e torna os mesmos reféns de uma situação forjada em nome do bem-estar alienado pelas instituições financeiras internacionais, em nome do alto lucro que podem ter com os países em desenvolvimento. Tais instituições ditam as regras de mercado e determinam as políticas de governo em todos os setores da sociedade.

Libâneo (2012), aponta os traços que evidenciam o projeto sociopolítico-econômico do neoliberalismo de mercado:

- desregulamentação estatal e privatização de bens e serviços;
- abertura externa;
- liberação de preços;
- prevalência da iniciativa privada;
- redução das despesas e do déficit públicos;
- flexibilização das relações trabalhistas e desformalização e informalização nos mercados de trabalho;
- corte dos gastos sociais, eliminando programas e reduzindo benefícios;
- supressão dos direitos sociais;
- programas de descentralização com incentivo aos processos de privatização;
- cobrança dos serviços públicos e remercantilização dos benefícios sociais;
- arrocho salarial/queda do salário real (LIBÂNEO et al., 2012, p.112).

Os traços apontados pelo autor trazem à tona a real situação de muitos países da América do Sul e América Latina que possuem acordos com o FMI, Bird, Banco Mundial e demais órgãos que controlam o sistema capitalista vigente, com destaque ao modelo neoliberal que domina os países em desenvolvimento.

BANCO MUNDIAL: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DOS PAÍSES PERIFÉRICOS

A presença do Banco Mundial em diversos países periféricos é marcante. Ele vem atuando em tais países com o intuito de garantir a governabilidade e a segurança dos mesmos. A entidade financeira vem atuando nesses territórios da periferia do capitalismo desde a década de 1980, influenciando os mais diversos setores da sociedade, com ênfase na educação. Essa atuação inicia com o processo de globalização que o mundo passou, e a periferia do capitalismo serviu como suporte ao crescimento dos financiadores do modelo econômico e a mesma se



submeteu, da década de 1980 aos dias atuais. Leher (1999), enfatiza o pensamento do Banco Mundial frente a sua atuação em tais países,

[...] quanto no cerne da ideologia da globalização, conforme veiculada pelo Banco Mundial e pelos teóricos da sociedade do conhecimento. Ao considerar apenas a dimensão estritamente instrumental da educação (habilidades e qualificação requeridas) face à dinâmica do capital, o pensamento crítico não rompe os marcos do economicismo, contribuindo para a hipertrofia da crença no determinismo tecnológico, com significativas consequências desmobilizadoras (LEHER, 1999, p.19-20).

A ideologia da globalização e o aparato do Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais tem como base apoderar-se dos bens materiais e intelectuais, dos países em desenvolvimento, realizando adestramento da mão de obra necessária ao projeto econômico mundial. O foco do Banco Mundial como “o novo senhor da educação” (Leher, 1999), era promover políticas educacionais de ensino básico voltadas ao Ensino Fundamental, desvalorizando e desmontando o ensino universitário nos países que atuaria. Porém a mão de obra necessária deveria estar em consonância com a necessidades do mercado.

A partir de tal movimento imperativo do Banco Mundial ditando a regras do modelo de educação a ser desenvolvido nos países em desenvolvimento, não com o intuito de trazer benefícios e sim com o de dominar economicamente preparando sua população para tornar-se consumidores em potencial das transnacionais que passariam a atuar nos mesmos. Aumentando os bolsões de pobreza e interdependências dos países citados ao poderio financeiro do FMI, Banco Mundial e Bird. O desmonte do Estado é só uma consequência da nova forma de neocolonialismo que vivenciamos nas últimas décadas.

Libâneo (2012), aponta as orientações do Banco Mundial para o ensino básico e superior:

As orientações do Banco Mundial para o ensino básico e superior são extremamente representativas deste novo momento. Elas refletem a tendência da nova ordem econômica mundial, o avanço das tecnologias e da globalização, as quais requerem indivíduos com habilidades intelectuais mais diversificadas e flexíveis sobretudo quanto à adaptabilidade às funções que surgem constantemente. A solução consiste em desenvolver um ensino mais eficiente, de qualidade e capaz de oferecer uma formação geral mais sofisticada, em lugar de treinamento para o trabalho. No entanto, a instituição também estimula o aumento da competitividade, a descentralização e a privatização do ensino, eliminando a gratuidade (sobretudo nas universidades públicas), bem como a seleção pautada cada vez mais pelo desempenho (seleção natural das capacidades) (LIBÂNEO, 2012, p.116).



A real intenção do Banco Mundial, em relação as políticas educacionais dos países em desenvolvimento é a busca de um trabalhador capaz de adaptar-se as necessidades do mercado de trabalho e ao modelo de educação pensado por ele, pautado no futuro do consumo, independentemente da situação econômica do país. Ele age com o intuito de dominar a economia, negando os bens e serviços necessários a sociedade. O Estado está a serviço do capital especulativo, causando sofrimento social e desvalorização intelectual.

A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

No tocante à educação, a orientação política do neoliberalismo de mercado evidencia, ideologicamente, um discurso de crise e de fracasso da escola pública, como decorrência da incapacidade administrativa financeira de o Estado gerir o bem comum (LIBÂNEO, 2012, p.114). O neoliberalismo faz o desmonte dos serviços essenciais à população, com o foco na educação. Para manter sua governabilidade mostra a sociedade que está promovendo, tal serviço, porém orientado por órgãos internacionais financeiros, diz ser incapaz de manter o mesmo funcionando, desresponsabilizando o Estado e responsabilizando o setor privado.

O neoliberalismo é implantado no Brasil, no fim da década de 1980 e início da década de 1990, nos governos Collor e Cardoso (Leher, 1999, p.24). O desmonte do Estado inicia com a intervenção no sistema educacional do Brasil. Em que a Constituição Federal de 1988, preconiza em seu texto a descentralização da educação por meio da lei. Como apontam Souza e Faria (2004):

Assim é somente quando na promulgação da CF de 1988, que a tese da descentralização da educação se torna efetivamente lei (Artigo nº 211), através do qual se propugna, por ineditismo no Brasil, a organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela via do chamado Regime de Colaboração, mais tarde reformulado pela Emenda Constitucional (EC) nº 14, de 1996, que viabilizou, no ano seguinte, a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (SOUZA; FARIA, 2004, p. 926).

Com a promulgação da CF houve a descentralização da educação, com a municipalização do ensino, os municípios passam a ser responsáveis pelo Ensino fundamental,



com EC 14/96 eles tiveram aporte financeiro para seguir em frente com a municipalização. Em 1996 é instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/96, que define os papéis dos entes federados em relação a educação.

As ações mobilizadas no período de 80 a 90 são caracterizadas por profundas reformas políticas e econômicas, que se estendem da redemocratização política à liberação e a privatização de sua economia (SOUZA e FARIA, 2004, p.926). As reformas educacionais que ocorreram na América Latina, foram acompanhadas por relatórios, diagnósticos e receituários, frutos da parceria com os órgãos multilaterais e financeiros, que ditaram as regras a serem seguidas pelos países em desenvolvimento dentre eles o Brasil. Podendo citar o Banco Mundial (BM), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Instituições voltadas para a cooperação técnica: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outras (SOUZA e FARIA, 2004, p.927).

O ensino nos anos 90 segue orientações dos diversos fóruns e conferências mundiais voltadas à educação, com destaque para a Conferência de Jomtien (em 1990, na Tailândia), patrocinada pelo UNICEF, PNUD e a UNESCO. A partir do mesmo surge o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). O Brasil neste período estava entre os 9 países que apresentavam maior taxa de analfabetismo do mundo. A partir do compromisso assumido com a Declaração de Jomtien, o Brasil teve que reorganizar seu sistema de ensino, priorizando uma política educacional para todos, a partir do plano decenal de educação, garantindo a gratuidade, equidade e qualidade do ensino. Com o estabelecimento de acordos e o plano decenal (1993-2003) educação para todos, a educação sofreu com corte de gastos públicos na década de 90, que fez com que o país tomasse emprestado capital financeiro internacional. Como aponta Sousa e Faria (2004):

[...] o uso instrumental do conceito de descentralização é, majoritariamente, aplicado como desconcentração, exprimindo a estratégia de retirada do Estado da prestação de serviços públicos essenciais da sociedade, com profundos impactos na área da educação entre outras (SOUSA e FARIA, 2004, p.929, apud, ABREU, 1999, SAVIANI, 1999, MARTINS, 2001).

A descentralização como manobra política neoliberal no setor da educação trouxe a municipalização, que é garantida com os recursos do FUNDEF, mas não garantiu o pleno



atendimento e qualidade o ensino. Com a municipalização do ensino, são criados os Planos Municipais de Educação, Conselho Municipal de Educação e Conselhos de Acompanhamento e Controle Social, ambos são frutos da política de descentralização do poder por meio das práticas neoliberais.

No primeiro mandato de FHC, o presidente apresentou um programa denominado Acorda Brasil: Está na Hora da Escola, com destaque a cinco pontos como aponta Libâneo (2012),

- a) distribuição de verbas diretamente para as escolas;
- b) melhoria da qualidade dos livros didáticos;
- c) formação dos professores por meio da educação a distância;
- d) reforma curricular (estabelecimento de parâmetros curriculares nacionais – PCN – e diretrizes curriculares nacionais – DCN);
- e) avaliação das escolas (LIBÂNEO, 2012, p. 186).

Os pontos em destaque na política educacional do governo FHC contemplaram os acordos com os órgãos internacionais e as orientações dos organismos multilaterais. Acreditava-se nesse período presidencial que a educação estava mudando. Porém, as avaliações em larga escala através do (Saeb), demonstrou a ineficiência do sistema educacional brasileiro, além de fatores negativos como a falta de vagas para milhares de crianças, o que gerou desconfiança. Tal política de avaliação perdurou nos anos seguintes e se faz presente na atualidade.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA POLÍTICA NEOLIBERAL

A política educacional voltada ao contexto a atual configura-se como, uma política voltada para os interesses neoliberais e capitalista, uma vez que esta surge como o interesse de órgãos financiadores da educação, obedecendo ao discurso de uma educação de qualidade. Segundo Triches e Aranda (2016), “destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como ação da política de curricular brasileira”. Política esta que foi discutida de 2015 a 2016, em dezembro de 2017 foi homologada, encontrando em processo de implementação pelos estados e municípios. Estes têm até 2021 para consolidar a implementação da BNCC adequando seus currículos.



“A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), [...], apresenta direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos da Educação Básica no país em conformidade com o que preceituam o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE). Considerado pelo MEC como um instrumento de gestão pedagógica para auxiliar os professores, o documento que se configura como uma ação da política curricular brasileira, também tem o propósito de nortear a formação humana integral dos educandos e promover uma educação de qualidade social” (TRICHES; ARANDA, 2016, p. 83- 84).

Os autores apontam os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo os norteadores para a implementação e adequação do currículo nas instituições de ensino do país. Mobilizando a adequação dos professores para as normas que são impostas pela BNCC.

A BNCC além de ser estruturada para o mercado neoliberal, esta reformula o currículo das redes de ensino da educação básica no país. Unificando o currículo no território nacional. Lopes e Cáprio (2016), trazem a seguinte abordagem sobre o currículo:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, transmite visões sociais particulares e interessadas, produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (LOPES; CÁPRIO, 2016, p. 12).

O currículo como foi explicitado pelas autoras, vem carregado de intenções e estabelece relações de poder, faz parte do tempo presente, é real, revela suas particularidades individuais e sociais. Logo o currículo proposto pela BNCC, é engessado, por mais que seja justificado para que haja a redução de diferenças o mesmo só vem afirmar as desigualdades.

Ainda segundo Triches e Aranda (2016), a BNCC tem o propósito de

“melhorar a qualidade da educação brasileira, através de políticas articuladas a segunda versão do documento especifica as políticas decorrem da BNCC: Política Nacional de Professores, Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Política Nacional de Avaliação da Educação Básica e Política Nacional de Infraestrutura Escolar” (TRICHES; ARANDA, 2016, p. 85).

As autoras apresentam as políticas públicas, designadas pela BNCC, estas são um instrumento regulador da formação, da elaboração de materiais, e da qualidade por meio dos resultados (avaliação externa). Na verdade, não há interesse na qualidade e sim apresentar resultados que agradem os órgãos internacionais como OCDE e UNESCO, que cobram os



resultados dos países periféricos em relação a educação. O interesse do Estado enquanto financiador das políticas educacionais é ver a melhoria dos índices em instrumentos de aferição de resultados escolares como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

A resolução CNE/CP 2/2017 em seu parágrafo 1º, do Art. 5º, determina:

§1º A BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e conseqüentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação de políticas públicas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento de oferta de educação de qualidade (BRASIL, 2017, p. 5).

O parágrafo 1º do Artigo 5º da Resolução CNE/CP 02/2017, traz as atribuições ao Estado, mas da mesma forma que mostra tais atribuições, deixa o real interesse do governo, que é a qualidade da educação. Porém há muito o que se fazer para o alcance das políticas públicas propostas.

Segundo Macedo (2019), “o governo atribui à base, o papel de unificadora de políticas educacionais, de facilitadora da cooperação entre os regimes de governo e, por fim, de indicador de qualidade” (2019, p. 3). Como explicitado pela autora, a base tem diversas atribuições, mas na prática educacional, no chão da escola o desafio se contrapõe a tais atribuições, pois só haverá qualidade no ensino, se houver a ação real, capacitação e investimentos direcionados a implementação da BNCC.

Helena (2017), nos diz que a BNCC em vez de facilitar os processos educativos e viabilizar o acesso dos estudantes a educação traz alguns entraves.

[...] a essência da BNCC coaduna com a manutenção do *status quo* quando dificulta o acesso da classe trabalhadora e de cor a um ensino de gestão pública, gratuito e de qualidade através da descentralização da educação básica, do repasse de verba pública para instituições privadas de educação, pela imposição de objetivos e o provável controle sobre a avaliação, por negar aos estudantes compreender a realidade concreta pela negação da ciência, da fragmentação da educação e pelo esvaziamento técnico da categoria cidadania. Proporcionando uma educação para o conformismo (HELENO, 2017, p. 391).

Como foi exposto pela autora, a BNCC em vez de viabilizar o acesso aos menos favorecidos no contexto sócio educacional, surge como uma proposta de tornar mais efetiva as



diferenças sociais existentes. O pensamento dos governos neoliberais, os filhos da classe dominante devem ser favorecidos com as políticas de governo, e os filhos dos proletários devem se conformar com as políticas públicas que negam seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como base o neoliberalismo como seu objeto de estudo, o mesmo com o intuito de analisar as estruturas do capitalismo ligada ao mesmo, o qual influenciou a educação brasileira por mais de duas décadas. Como abordado no trabalho acadêmico o neoliberalismo supervaloriza o capital financeiro e desvaloriza o capital humano. É a favor da desestatização, privatização, desresponsabilização do Estado, mostrando aos governos que o setor privado é capaz oferecer os serviços básicos à população, como saúde, educação e ação social.

O neoliberalismo em nosso país foi efetivado no fim da década de 1980 com o governo Collor, e se perpetuou no governo Fernando Henrique Cardoso por dois mandatos, período que nosso país vive período de crise econômica em meio a globalização, sofrendo grande influência do FMI e Banco Mundial, os quais estabeleceram as diretrizes às políticas públicas. O foco principal foi a educação básica, com investimentos no Ensino Fundamental, regulando a gestão educacional, influenciando o currículo e promovendo a desvalorização do Ensino Superior.

A BNCC não é a solução viável à qualidade da educação, é apenas um documento normativo que regula os currículos da educação básica nacional. Com função de responsabilizar as escolas em relação aos resultados esperados pelo governo. A qualidade esperada são os resultados em avaliações externas nacionais e internacionais, pois os números para o Estado é um demonstrador de qualidade. Esta será mais uma política pública da educação que não terá alcance e nem conseguirá alcançar seus objetivos. Pois faltam os investimentos para formação de professores, recursos didáticos, materiais digitais e tecnologias educacionais, assim como a melhoria da infraestrutura escolar, não chegam a todos os espaços escolares do país.

Cabe reiterar que o grande desafio da educação nacional está em promover a equidade, de oportunidades aos cidadãos, para que tenhamos uma sociedade mais justa. Mas por via do neoliberalismo é impossível.



REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/maiseducacao/323secretarias/112877938/orgaosvinculados/82187207/53031resolucoes-cp-2017>>. Acesso em: 28 set. 2020.

HELENO, C. R. Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular – a máscara do conformismo na educação do Banco Mundial. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 391, dez. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22459/15305>>. Acesso em: 30 set. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i3.22459>.

LEHER, R. Um Novo Senhor da Educação? A Política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, Ed. 03, 1999. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>> Acesso em: 29 set. 2020.

LIBÂNEO, J. C. *et al.* Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10.ed. rev. e apl. São Paulo: **Cortez**, 2012.

LOPES, E. C. P. M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], n. 5, dec. 2016. ISSN 1519-9029. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152>>. Acesso em: 30 set. 2020. doi:<https://doi.org/10.22633/rpge.v0i5.9152>.

MACEDO, E. N. A BNCC como política educacional. **Espaço Público**, v. 3, p. 64 -76, mar. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicaspublicas/article/view/239062>> Acesso em 27 set. 2020.

SOUZA, D. B. de; FARIA, L. C. M. de. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9394/96. **Revista Ensaio: Avaliação, Política Pública em Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, nº 45, p. 925-944, out./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362004000400002&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 25 de set. 2020.

TRICHES, E. F; ARANDA, M. A. M. A formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como ação da política educacional: breve levantamento bibliográfico (2014- 2016). v. 3, nº 05, **Realização**, 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/6362/3320>>. Acesso em: 17/06/2019.